

CUBA E ESTADOS UNIDOS: HISTÓRIAS CRUZADAS

FERRER, Ada. *Cuba: An American History*. Nova York: Scribner, 2021. 560 p.

Fascinante! Esta talvez seja a melhor palavra para definir o novo livro da historiadora Ada Ferrer, professora da Universidade de Nova York, que ganhou o prêmio Pulitzer de História, uma das maiores galhardias que um/a autor/a pode almejar. Autora de *Insurgent Cuba: Race, Nation, and Revolution (1868-1878)* (1999) e *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution* (2014), a historiadora cubano-americana desta vez se lançou à difícil tarefa de desnudar a história compartilhada entre Cuba e Estados Unidos, tendo como motivação e ponto de partida a sua história pessoal. Para isso, ela lança mão de uma ampla e vasta literatura e fontes primárias, que incluem jornais, obras literárias, canções, discursos políticos, programas de rádio e televisão,

e memórias e conversas informais com sua mãe e com cubanos encontrados ao longo da vida.

O livro tem um objetivo ambicioso: conduzir o leitor por mais de cinco séculos da história de Cuba e suas conexões com os Estados Unidos. Parte da chegada de Cristóvão Colombo, atravessa contextos e eventos importantes partilhados pelas duas regiões e alcança a história recente, que inclui a chegada de Obama à ilha, em 2016, e seu discurso pela igualdade racial (pp. 460-461) no que parecia ser o fechamento de um ciclo de isolamento e hostilidade entre os dois países; em seguida, aponta o recrudescimento do embargo durante a era Trump (pp. 464-466). Quando a maioria dos historiadores estão cada vez mais presos a pequenas conjunturas e a recortes de

história local e regional, Ada Ferrer se lança em um ousado e arriscado voo de história na longa duração, transnacional, ultrapassando a análise focada em regiões, cidades ou Estados-nações. Ela tampouco se detém em um tema de pesquisa, como nos acostumamos a fazer – escravidão, abolição, guerras de independências, república, Revolução Cubana, ou a apenas uma dimensão da vida social, pois transita entre o que costumamos chamar história política, história social e história cultural, tendo muitas vezes como guia as trajetórias de personagens, conhecidas ou anônimas, de ambos os países.

Entre os temas abordados pela autora estão: a chegada de Cristóvão Colombo e os primeiros contatos com a população indígena, os taínos; a escravização destes; o surgimento do culto à Virgem da Caridade do Cobre, sua devoção e onipresença em capítulos importantes da história de Cuba; a ocupação britânica da ilha, em 1762; a luta e a conquista da liberdade pelos escravizados da região de El Cobre; a participação cubana na Revolução Americana de 1776; o *boom* açucareiro do século XIX; o posicionamento de Cuba durante os processos de independência da América Latina;

o significado da Doutrina Monroe para Cuba; as expedições dos flibusteiros estadunidenses na ilha; o emprego dos trabalhadores chineses em Cuba; as Guerras de Independência e a Guerra Hispano-Americana; a ocupação estadunidense da ilha recém-independente; a Emenda Platt; o massacre dos negros mobilizados no Partido Independente de Cor, em 1912; a consolidação da república e o governo de Gerardo Machado; a revolução de 1933 e ascensão de Fulgencio Batista ao poder; o Movimento 26 de Julho e o frustrado ataque ao Quartel de Moncada, em 1953-1954; os movimentos sociais, greves e protestos da década de 1950; a elevação de Fidel a líder máximo da revolução, sua prisão e relação com o comunismo; a fuga de Batista e as disputas acerca do modelo político nos primeiros meses da revolução; a invasão da Baía dos Porcos arquitetada pelos Estados Unidos, em 1961; a relação de Cuba com a União Soviética; os bastidores da crise dos mísseis, em 1962; as migrações e a formação da Pequena Havana em Miami; a crise mundial do socialismo e o Período Especial (1991-1997); a abertura para o turismo; a visita de Obama à ilha; a morte de Fidel; a eleição de

Trump e o recrudescimento do bloqueio estadunidense contra Cuba.

A novidade do texto não reside na escolha dos temas, sobre os quais já existe uma boa e larga historiografia em Cuba e alhures, mas no entrelaçamento entre temas clássicos de história política com a análise de eventos do cotidiano, e no desnudamento da presença estadunidense, frequente e constante, protagonista ou coadjuvante, no palco ou nos bastidores da história da ilha (e, em menor proporção, de Cuba nos Estados Unidos). As conexões entre as duas regiões, alinhavadas através da circulação de pessoas, mercadorias, projetos, ideias e *money*, são pouco a pouco demonstradas. A popularidade de Colombo nos Estados Unidos, onde cidades e vilas levaram o nome do conquistador (p. 10), e o equívoco de relacioná-lo à história do país, segundo a autora, emergem concomitantemente a projetos de expansão territorial. Tão cedo quanto 1786, no alvorecer da república estadunidense, manifesta-se a propensão expansionista e o desejo de anexar Cuba, disposição posteriormente formulada na Doutrina Monroe, em 1820, e no Destino Manifesto, em 1840 (p. 12). Mas, antes disso, a presença

de colonos das Treze Colônias já podia ser notada em Havana durante a ocupação inglesa (1762-1763) – comerciantes chegavam em busca de tabaco e açúcar, outros interessados em vender farinha de trigo, tecidos e chapéus (p. 52), pavimentando uma longa história de contatos.

No livro de Ada, importantes eventos da história de Cuba são revistos para evidenciar a participação, o olhar, as interpretações e os interesses de estadunidenses. Alguns destes, inclusive dos estados abolicionistas do Norte, estavam envolvidos até o pescoço no tráfico ilegal de escravizados para Cuba, abolido em 1867. Políticos proeminentes, como o senador James DeWolf, traficante de escravizados, possuíam negócios na ilha, em geral ligados à agricultura escravocrata açucareira (p. 81). Não por acaso, La Escalera, a grande repressão que se seguiu às revoltas de escravizados e negros livres em 1843-1844, foi objeto de atenção de políticos e imprensa estadunidenses (p. 103).

Conexões são estabelecidas também através do movimento de pessoas de um para outro lugar. Félix Varela, assim como José Martí, símbolos do nacionalismo cubano, viveram a maior

parte da vida nos Estados Unidos (p. 88, 141). Aliás, como ressalta a autora, o famoso projeto de fraternidade racial foi imaginado por Martí quando vivia em Nova York, em meio às notícias de linchamentos e de recrudescimento da segregação e violência raciais que sucederam a chamada Reconstrução Revolucionária em Cuba (1865-1877) (pp. 140-141). Aqui também talvez fosse interessante destacar que a nação cívica imaginada, com cidadania inclusiva, sem barreiras raciais, foi também gestada através do diálogo de Martí com os afro-cubanos independentistas, como Juan Gualberto Gómez e Antonio Maceo que, em Cuba, já lutavam pela igualdade racial.

Eventos aparentemente não tão importantes para a história política ou social são trazidos para o centro da narrativa e ganham novos sentidos. Em 1853, William Rufus King tomou posse como vice-presidente dos Estados Unidos e fez o juramento do cargo em sua propriedade açucareira em Matanzas (pp. 107-109). A autora interpreta as implicações e os significados de gestos como este, que revelam a percepção de Cuba como parte do território estadunidense – se não naquele momento, em um futuro

próximo – enquanto um “destino manifesto”. Aliás, como bem demonstrado no livro, as aspirações anexionistas povoaram as mentes de personagens de diferentes posições sociais e políticas em uma longa lista que inclui os presidentes Thomas Jefferson (1801-1809) e James Monroe (1817-1825) e se estende de confederados escravistas ao abolicionista Frederick Douglass (p. 111).

O desejo imperial, quando traduzido em políticas de Estado, significou ocupação militar, intervenção, atuação nos bastidores e aprovação de legislação em favor dos Estados Unidos – a imposição da Emenda Platt e a ascensão ao poder de Fulgencio Batista, orquestrada pelo embaixador estadunidense, talvez sejam os melhores exemplos. Mas a percepção de Cuba como extensão do território estadunidense é compartilhada também pelo cidadão comum, pelo “americano típico”. O enorme afluxo de turistas (1919-1933), alguns famosos, como o poeta Langston Hughes e o físico Albert Einstein, no período que coincide com a proibição de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos, mostra como a ilha exerce uma atração para o imaginário não só de políticos e capitalistas

(p. 219). Personagens não tão notáveis transitaram entre os dois mundos tentando emplacar projetos expansionistas, investimentos financeiros, empreendimentos agrícolas...

O fluxo se dá também em outra direção, da ilha para o país continental: cubanos que iam estudar em Harvard, fazer turismo, comprar em Miami, fugir de ditaduras... (p. 4). Laços menos visíveis foram tecidos através de um traficante de escravizados que vivia em Cuba e os protagonistas da Revolução Americana de 1776 (pp. 59-62). Há também notícias da participação de cubanos na Guerra Civil (1861-1865), ao lado dos confederados do Sul (p. 120). Por sua vez, afro-americanos se alistaram para a Guerra de Independência de Cuba (1895-1898) (pp. 158-159), que, a partir da explosão do navio *Maine*, se transformou na chamada Guerra Hispano-Americana.

Em tempos mais recentes, Miami e a política de embargo adotada pelo Congresso estadunidense levam o selo dos poderosos cubanos emigrados, que, apesar de estrangeiros, assumiram posição mais privilegiada que os afro-americanos nos Estados Unidos (p. 404). Como bem demonstra Ferrer,

no passado e no presente, parte da história cubana se desenrola em território estadunidense: ironicamente, o primeiro jornal independentista cubano foi publicado na Filadélfia, em 1824 (p. 4, 89), e, em 1957, durante a guerra revolucionária, Fidel, da Sierra Maestra, falou aos cubanos através de uma entrevista publicada no *New York Times* (pp. 301-302); décadas antes, Martí, também em guerra contra o colonialismo espanhol e já combatendo o imperialismo estadunidense que se avizinhava, cedeu entrevista ao *New York Herald* (p. 145). Conclusão: os Estados Unidos foram (e continuam sendo) palco de disputas e propaganda sobre temas cruciais para Cuba.

O principal laço entre as duas regiões parece ter sido amarrado pela escravidão entre os séculos XVIII e XIX. Fortunas de proeminentes políticos e capitalistas dos Estados Unidos foram geradas pelo tráfico. Capital das companhias comerciais do Norte foi usado para compra de escravizados, terras e fazendas na ilha. A presença do cônsul estadunidense na execução de Plácido, poeta escravizado acusado de participação nas revoltas de 1843-1844 (p. 104), dá a medida do quanto a escravidão era a solda das

relações entre a recém-fundada república e a então colônia espanhola.

Cuba, assentada sobre a escravidão e o colonialismo europeu, tornou-se, pouco a pouco, “parte da história do capitalismo americano” (p. 93) e o livro se debruça sobre o imperialismo estadunidense (p. 121) – seus planos, expectativas, realizações e frustrações –, e discute os mecanismos imperiais em suas dimensões econômicas, culturais e políticas. Trata-se de uma longa história, recheada de interferências e intervenções: a Emenda Platt, ocupações militares (1898-1902; 1906-1909; 1917, 1920), tentativas de invasão, imposição de base militar, conspirações, embargo econômico etc. Mas é também a fascinante história do anti-imperialismo cubano: suas lideranças, sonhos, projetos, táticas, performances, textos, narrativas, acertos e equívocos. Um anti-imperialismo que tem como principais ideólogos Martí e Fidel (p. 287). Um anti-imperialismo que transborda uma nação que se torna abrigo para ativistas antirracistas dos Estados Unidos na década de 1960 (p. 393) (e, convém assinalar, de exilados das ditaduras latino-americanas) e envia cubanos para a guerra de independência de Angola, contra

o exército da racista África do Sul (pp. 424-427).

A história, no livro, é perscrutada como o que foi vivido, mas também como o que foi narrado – influência do historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot, citado pela autora logo na primeira nota do capítulo 1, que pode ser sentida ao longo do livro na atenção dada à análise da produção, papel e usos das narrativas em diferentes momentos históricos.¹ Narrativas históricas encontram-se então no centro das batalhas que envolvem nacionalismo e imperialismo, daí a presença, reiterada e constante, do olhar sobre as guerras anticoloniais contra a Espanha e a luta contra a escravidão. Quando um navio francês explodiu no porto de Havana, em 1960, Fidel acionou a memória de como a explosão do *Maine*, em 1898, serviu como pretexto para a intervenção dos Estados Unidos na Guerra de Independência de Cuba e sua posterior ocupação (pp. 342-343). Mas as narrativas históricas foram mobilizadas também para outros fins: quando do envio de soldados cubanos para a luta de independência de Angola, a operação foi chamada

1 Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Curitiba: Huya, 2016.

Operação Carlota, em homenagem a uma escravizada morta durante as revoltas escravas que culminaram na repressão La Escalera (pp. 425-426).

A análise das narrativas passa também pelo escrutínio dos monumentos, que recebem da autora um olhar especial – o livro nos dá a oportunidade de conhecer a história de fortes e monumentos icônicos, como o *Cimarrón* (p. 304), e fornece dados sobre quando foram construídos, seus usos e em que disputas estão inseridos. Os monumentos, testemunhos “mudos”, transformam-se em objeto de disputas políticas e ideológicas. Não por acaso o epílogo é intitulado “Se os monumentos pudessem falar”. Quando, em 1949, um marinho bêbado estadunidense urinou na estátua de José Martí em Havana, protestos em frente à embaixada americana arrancaram desculpas públicas do embaixador (p. 267). Exemplos como estes mostram como em torno dos monumentos são travadas batalhas que envolvem narrativas, memórias, projetos nacionais e imperiais.

O livro convida a um passeio por Havana, que, como toda cidade, exhibe narrativas superpostas. Ruas que antes

ostentavam nomes de reis, hoje exibem orgulhosamente nomes de heróis das guerras de independência; outras que exibiam nomes de autoridades coloniais passam a ter nomes de escravizados assassinados pelo poder imperial. A rua antes chamada Someruelos em homenagem ao governador que ordenou a execução de Aponte, um escravizado rebelde, em 1812, na década de 1940 ganhou o nome deste (p. 76). As datas comemorativas, tão importantes para o nacionalismo e a pedagogia cívica, também são objeto de atenção da autora; elas demonstram como em Cuba estas celebrações alimentam uma memória das guerras contra a Espanha e do processo revolucionário – 26 de julho, data do assalto ao Quartel de Moncada, tem sido celebrado desde 1959 (p. 332). Juntos, monumentos, praças, avenidas e datas comemorativas compõem narrativas que ilustram os termos em que são disputadas as relações de poder e projetos políticos, as investidas imperialistas e o anti-imperialismo (p. 4, 143).

Além dos monumentos, destaca-se neste livro a atenção prestada à performance dos protestos. Em 1960, desfilou pelas ruas de Havana Velha uma procissão para enterrar o jornal conservador *Diario de la Marina* (p. 341);

em 1952, em protesto contra o golpe de Estado de Fulgencio Batista, foi a vez dos estudantes encenarem o enterro da Constituição de 1940 diante de um monumento de José Martí (p. 270). Esses episódios figuram entre os muitos funerais simbólicos da história do protesto popular cubano. Um dos mais impactantes, sem dúvida, foi o enterro simbólico das empresas estadunidenses (Esso, Shell, United Fruit etc.) confiscadas pelo governo revolucionário de 1959. O cortejo fúnebre tinha viúvas vestidas de preto e homens carregando caixões. No Malecón, principal avenida à beira-mar de Havana, os caixões (e, simbolicamente, as empresas) foram lançados ao mar (p. 348). (Impossível não lembrar que os haitianos, décadas depois, também atirariam a estátua de Colombo ao mar, como apontou Trouillot).²

O livro é realmente formidável e é bem-vindo por todos que nutrem algum interesse pela história cubana (e do império), passada e presente. Senti falta de uma reflexão maior sobre como o desejo imperial foi alimentado pelo projeto de supremacia racial. A alegada incapacidade dos cubanos –

2 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 247.

e de resto dos latino-americanos – de se autogovernarem está recheada de projeções e representações raciais.³ Boa oportunidade teria sido conectar o envolvimento e implicação de estadunidenses nos acontecimentos dramáticos ocorridos em Cuba em 1912, na esteira do cometa Halley, que resultaram no massacre dos membros do Partido dos Independentes de Cor (pp. 207-214), e as aspirações imperialistas (e raciais) vocalizadas no mesmo ano pelo então presidente dos Estados Unidos, William Howard Taft (1909-1913), que, seguindo o *script* sedimentado na retórica nacionalista dos Estados Unidos, reivindica o “direito” ao continente em razão de uma suposta superioridade racial.⁴

A obra está dividida em doze partes, quatro das quais dedicadas à análise da Revolução Cubana e ao pós-1959, tratando de eventos que

3 Edward W. Said, *Cultura e imperialismo*, São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

4 “The day is not far distant when three Stars and Stripes at three equidistant points will mark our territory: one at the North Pole, another at the Panama Canal, and the third at the South Pole. The whole hemisphere will be ours in fact as, by virtue of our superiority of race, it already is ours morally” *apud* Jenny Pearce, “The Eagle Rises” in Peter Rosset e John Vandermeer (orgs.), *The Nicaragua Reader: Documents of a Revolution Under Fire* (Nova York: Groove Press, 1983), p. 105.

marcaram profundamente a vida familiar da autora. Ada, que nasceu logo após o triunfo da revolução e ainda bebê migrou com a mãe ao encontro do pai cubano que as esperava nos Estados Unidos, escreve o livro, como já dito, tendo em mente a sua história pessoal, marcada pela migração, a divisão entre as famílias, o retorno a Cuba e o reencontro com familiares – dramas experimentados por milhares de cubanos. É do desejo de entender essa história, a da Revolução Cubana e seus desdobramentos, primeiramente contada por sua mãe e familiares nos Estados Unidos, que nasce o livro (p. 2).

Nesse caminho, analisa o que seria a “origem” – ou as “histórias de origem” (p. 273) – e o protagonismo de Fidel no começo da guerra revolucionária, relativizado quando a ênfase é posta no pluralismo ideológico do movimento e nas alianças tecidas com diferentes grupos. O papel de personagens e lideranças conhecidas é destacado, mas também o protagonismo de sujeitos coletivos, como os estudantes da Universidade de Havana, os trabalhadores do açúcar, os trabalhadores do tabaco e do transporte, que, desde

o golpe de Fulgencio Batista, em 1952, sustentaram greves, manifestações, enfrentamentos com as forças policiais e foram vítimas da violência e da repressão daquele ditador. Eventos às vezes lidos de forma isolada, como o assalto ao Quartel de Moncada, são conectados aos movimentos sociais urbanos que irrompiam em Havana.

Também neste tópico é interessante a abordagem sobre a formação política e intelectual de Fidel Castro. A historiadora enumera os diversos autores e livros lidos por Fidel na prisão, entre eles, José Martí, Kant, Balzac, Victor Hugo, Marx, Dostoievski, Freud (p. 283) e, com base em discursos e entrevistas do próprio Fidel, se debruça sobre uma das questões mais instigantes do processo revolucionário – a relação de Fidel com o marxismo e o caráter da Revolução Cubana, tema de intenso debate na historiografia (pp. 285-287). A conclusão se aproxima do que intelectuais e ativistas cubanos vêm dizendo há algum tempo: a Revolução, antes de ser marxista é martiana (uma alusão à profunda influência de Martí no século XX cubano e ao caráter nacionalista e anti-imperialista do movimento de 1959).

Por fim, Ada Ferrer examina problemas e equívocos do governo revolucionário e as difíceis condições de vida dos cubanos, sobretudo durante e após o Período Especial na década de 1990.⁵ Entre os fatores que explicariam a longevidade e persistência do regime castrista na ilha, apesar das crises, além das chamadas “ondas de repressão” e da ausência de uma imprensa livre indicadas por outros autores, a autora aponta a abertura para o turismo, as pequenas reformas econômicas (propriedade privada de pequenos negócios, como restaurantes) e a relação com a Venezuela chavista (p. 449).

O livro de Ada Ferrer sobre Cuba, que merece ser imediatamente traduzido e publicado no Brasil, nos ajuda a pensar sobre as fortes razões que, nas últimas décadas, têm levado milhares de latino-americanos a buscar a migração. Governos e regimes políticos, instabilidade, crises econômicas, desigualdades sociais e violência, entre outras razões, têm feito dos Estados Unidos o destino preferido de cubanos, mexicanos, dominicanos, colombianos, jamaicanos, brasileiros... Migrar tem sido, muitas vezes, a única opção que as elites nacionais ou as políticas imperiais reservam para os latino-americanos.

Iacy Maia Mata  

Universidade Federal da Bahia

doi: 10.9771/aa.v0i67.54998

5 Sobre o período mais recente, a autora passa rapidamente pela crise médica provocada pelo COVID-19 e pelos protestos políticos de San Isidro, que irromperam em 2020. Seria interessante destacar que Cuba conseguiu produzir quatro vacinas e garantiu o controle da pandemia e a imunização dos cubanos sem qualquer auxílio estrangeiro.